

# AS NOÇÕES DE ADEQUAÇÃO, COERÊNCIA E COESÃO E SEUS MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO

OLÍVIA MARIA FIGUEIREDO

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*[olivia.figueiredo@clix.pt](mailto:olivia.figueiredo@clix.pt)*

«Les compétences ne sont pas elles-mêmes des savoirs, des savoir-faire ou des attitudes, mais elles mobilisent, intègrent, orchestrent de telles ressources.» (Perrenoud, 1999:17)

«La didáctica de la lengua es una disciplina de intervención: sus resultados han de conducir a manejar el aprendizaje de la lengua y sus usos.» (Camps, 2001:10)

## 0. Introdução

A renovação do ensino da língua não deve supor tão só uma mudança metodológica nem tão pouco uma simples mudança formal de etiquetas e muito menos uma aplicação directa das diferentes disciplinas linguísticas de referência.

A TLEBS (Ministério da Educação, 2004), documento gerador desta reflexão, não se apresenta como um documento científico e metodológico fundador da renovação do ensino do Português. Os conteúdos (por que razão foram seleccionados uns e não outros?) são apresentados de forma factual, sem nenhuma problematização. Espécie de manual de receitas, a TLEBS limita-se a apresentar os ingredientes de forma desconexa entre si e onde não se vislumbra o que fazer com alguns deles, nem como o fazer, nem qual a dosagem a estabelecer entre eles. Com isto quer-se dizer que o essencial está por fazer.

Para evitar confundir as finalidades das ciências da linguagem com as finalidades da educação linguística e diante da situação de ano após ano se constatar o fracasso reiterado na área do domínio da língua por parte dos alunos dos Ensinos Básico e Secundário, o professor deverá interrogar-se sobre que mudanças introduzir no ensino desta área de conhecimento para que se cumpram os objectivos que o sistema educativo “encomenda” à instituição escolar.

Definidos e prescritos que são os conteúdos de todos os Programas de todos os níveis de ensino (*Ouvir, Falar, Ler, Escrever, Funcionamento da língua*) e formulados que são os objectivos de aprendizagem, a figura do professor só pode ser concebida como um investigador na acção educativa que perspectiva o acto didáctico como uma relação entre teorias e práticas, num processo complexo ao mesmo tempo de desconstrução dos objectos teóricos de referência e de mobilização, de construção e de apropriação dos mecanismos que geram a competência comunicativa dos alunos. Tudo isto numa dinâmica em espiral de forma a desenvolver capacidades para interpretar e produzir discursos orais e escritos em situações de comunicação diversa.

A evolução de algumas disciplinas ligadas às ciências da linguagem (linguística de texto, análise do discurso, semiótica textual...) orienta-se cada vez mais para a análise das formas discursivas que se realizam nos usos comunicativos. Transpondo esta visão para a prática pedagógica, dever-se-á agora ter em conta, não uma língua virtual, fechada em “conglomerados” de saberes diversos sem relação uns com os outros, mas uma língua considerada nos seus usos numa dinâmica entre o saber a língua e o saber-fazer na língua.

Porque, como atesta Perrenoud (1999), possuir conhecimentos não significa ser competente. A experiência tem mostrado que um aluno pode estar de posse de aquisições, mas não ter a capacidade de mobilizá-las de forma pertinente e eficaz nas situações novas que lhe são apresentadas.

72

Nesta perspectiva, e porque os caminhos da apropriação variam de um aluno a outro, é necessário mobilizar os novos saberes de referência para que cada aluno os interiorize e os desenvolva de forma a incorporá-los no seu próprio campo conceptual prévio. Abordar a língua nos textos por três grandes entradas interligadas do ponto de vista metodológico – *pragmática* (adequação), *sintaxe* (coesão), *semântica* (coerência) – é ao mesmo tempo proporcionar ao aluno uma visão local e global da língua e consciencializá-lo de que esta constitui não só uma ferramenta e um utensílio eficaz para a auto-regulação dos actos comunicativos verbais, mas também uma representação do mundo e, sobretudo, uma forma de acção sobre o outro. A consideração de noções como as de *adequação*, *coerência*, *coesão* e de outras noções que com estas estão relacionadas são instrumentos operatórios eficazes para a compreensão e para a produção textual, estejam os discursos na sua forma oral ou na sua forma escrita, na sua forma literária ou não literária.

Todo o texto está associado a uma certa organização textual. Dominar essa organização é ter a consciência nítida do modo de encadeamento dos seus constituintes em diferentes níveis.

### 1. Adequação, coerência e coesão

A *adequação*, a *coerência* e a *coesão*, no seu conjunto, são fenómenos da textualidade. No geral, cada discurso deve apresentar-se ao mesmo tempo como uma unidade onde o texto e o contexto confluem, com uma arquitectura cognitiva coerente e com uma tecedura textual coesa.

Enquanto a *adequação* tem a ver com o conjunto de operações pelas quais um enunciado se ancora na situação de enunciação, a *coerência* tem a ver com a captação da intencionalidade que subjaz ao discurso por parte do ouvinte ou leitor que terá de conformar-se a convenções – regras que governam o texto –, enquanto a *coesão* se liga ao conjunto de índices e instruções à superfície dos textos, cujo receptor terá de conformar-se a regras que governam a língua. Embora se saiba que nem sempre um discurso coerente tenha que ser coeso e vice-versa, esta situação advém da circunstância de a coerência e de a coesão se alimentarem de fontes diversas.

A *coerência* depende essencialmente de factores cognitivos ligados à figura do interpretante do discurso, que deverá associar intimamente a organização textual com a atitude que o enunciador discursivo adopta a respeito do que ele próprio diz, no discurso escrito, ou que relação ele estabelece com o co-enunciador através do seu acto de enunciação se se trata de discurso oral. Assim, a coerência depende do interpretante do discurso que deverá captar a intencionalidade que lhe subjaz, seja de forma directa ou por meio de

inferências, e estas mais fortemente mobilizadas pelo receptor quando se trata do protótipo textual argumentativo, porque mais ou menos fortemente opinativo, ou quando se trata de um discurso fortemente modalizado (porque quanto o discurso é mais modalizado, mais subjectivo, mais irónico, mais humorístico mais inferências será necessário activar).

A *coesão*, por seu lado, depende de mecanismos linguísticos de tipo morfosintáctico e léxico-semântico que se actualizam em um conjunto de instruções à superfície dos discursos para que o destinatário da mensagem possa construir uma interpretação correcta, tendo em consideração a intencionalidade comunicativa.

### 1.1. Adequação

A *adequação* é a propriedade da textualidade que dá conta da relação do texto e do seu contexto e de como o texto, como unidade comunicativa, se interpreta em relação a uma série de elementos extralinguísticos como sejam os interlocutores, a relação entre ambos, o espaço e o tempo da enunciação, a intenção comunicativa, o mundo compartilhado, o papel e o lugar social. Estas variáveis são relevantes porque a sua correcta consideração implica decisões linguísticas no campo da coesão. De especial importância é o que diz respeito aos saberes compartilhados entre emissor e receptor.

Quando o texto não se conforma ao seu contexto (situacional relativo ao texto oral e linguístico quando se trata de texto escrito) desencadeia-se o nonsense. Efectivamente, quando se quer provocar o riso, o humor, a ironia, o enunciador toma recurso a esta técnica.

É o que acontece com o diálogo seguinte:



(Exley-Giftbook, U. 2005)

Na primeira vinheta, uma jovem estabelece um diálogo em lugar público com o seu interlocutor, através do telemóvel.

Como o telefone é “móvel”, está aberta a possibilidade de, em qualquer tempo e em qualquer espaço, poder falar-se pelo telemóvel desde que o contexto situacional e social seja o *adequado*. O que não está aberta é a possibilidade de mandar afastar alguém de um lugar público por outro alguém que não tem autoridade para o fazer, para ter uma “conversa privada” num lugar público.

Mas é o que se pode verificar pela fala da rapariga na segunda vinheta que ordena ao cavalheiro que se afaste porque se trata de uma conversa “privada”. É desta confusão

deliberada, por parte do autor do texto, entre *dois universos de referência* (“conversa privada” e “conversa pública”) que resulta o humor irónico. E é desta quebra de *coesão* entre a primeira vinheta e a segunda que nasce a ironia. Como se depreende a ironia vive do inesperado.

## 1.2. Coerência

A *coerência* exige que se abordem os enunciados como discursos. Cada enunciado é produzido com a intenção de comunicar alguma coisa a alguém. Este acordo tácito é consubstancial à actividade verbal e pressupõe um saber mutuamente partilhado. Cada um (receptor e produtor da mensagem) postula e se conforma a estas regras que não são obrigatórias e inconscientes (com as da sintaxe e as da morfologia) mas convenções tácitas. Estas “leis do discurso”, que regem a comunicação verbal e que se lhe aplicam, devem adaptar-se às especificidades de cada género discursivo (por exemplo falar em tom professoral pode ameaçar a face positiva do interlocutor) e de cada protótipo textual (um texto argumentativo opinativo mobiliza mais inferências que um texto narrativo).

Se o sentido se encontra inscrito no enunciado, cuja compreensão passaria, no essencial, por um conhecimento do léxico e da gramática da língua, já a significação passará por mobilizar as várias instâncias – competência comunicativa, competência linguística e competência enciclopédica – que permitirão aquilatar que atitude o enunciador adopta a respeito do que ele diz ou que relação ele estabelece com o enunciatário através do seu acto de enunciação.

O facto de todo o enunciado ser modalizado pelo enunciador mostra que o discurso só pode representar o mundo se o enunciador, directamente ou não, marcar a sua presença através do que ele diz.

Tendo em conta todos estes factores enunciados, a coerência sustenta-se nas seguintes propriedades:

- tema do texto (de que é que o texto fala)
- informação (qual a informação seleccionada)
- organização da informação (qual o protótipo textual e qual o género discursivo)
- progressão temática (relação entre a informação conhecida e a informação nova)
- modalização implementada (que marcas modais indicadoras de atitudes, de sentimentos, de pontos de vista).

Vejamos no texto que se segue de José Saramago como se baliza a coerência:

*A mão que embala o berço...*

«...governa o mundo». Parece de todo evidente que para o ignorado criador desta sentença [...] a história do género humano é como uma sucessão de inundações de berços espalhando-se por todo o globo terráqueo, fabricados de materiais distintos, consoante as posses e os gostos, e embalados por mãos de distintas cores, consoante as condições e as raças. Poderia a mão embaladora ter sido a da ama ou da criada, da tia ou da avó, poderia o próprio pai ter dado uma ocasional «mãozinha» à operação de adormecimento do infante – a Mão, por antonomásia, foi, nestes casos, e sempre, a da mãe. [...]

A sentença, claro está, não passa de um abuso do sentimento, de uma ratoeira da lágrima, é, ela própria um embalo soporífico. Mas isso não quer dizer que o berço, a mão e o sono não sejam reais. Em todas as épocas sempre houve algo ou alguém para nos embalar e governar: com as suas promessas de eternidade nos embalou

e governou a religião, com duvidosas gerências do presente e algumas ideias imprecisas sobre o futuro embalarão e acreditaram governar as ideias políticas [...]

É outra mão que nos embala e adormece agora [...]

Os hipermercados não tomaram apenas o lugar das catedrais, eles são também as novas escolas e as novas universidades, abertas a maiores e a menores sem distinção, com a vantagem de não exigirem exames à entrada ou notas máximas [...] Somos educados para clientes, e é essa a educação básica que estamos a transmitir aos nossos filhos.

Não nos iludamos, porém, não atiremos pedras a alvos só porque estão perto. O hipermercado, a simples loja de secos e molhados, são apenas lugares de comércio, aonde é preciso ir para nos abastecermos do necessário à vida. Não é a mão do hipermercado que nos anda a embalar, porque na realidade já fomos a dormir quando nele entrámos, dormíamos na rua, dormíamos no trabalho, dormíamos em casa, dormíamos no teatro, dormíamos no cinema. Estamos todos deitados num berço que se move suavemente, e há uma voz que murmura ao redor do mundo: «Dorme, dorme tranquilo, nós te governaremos. Sobretudo não sonhes, não sonhes, não sonhes, não sonhes...» E nós obedientes, não sonhamos.

José Saramago, 1999 – *Folhas Políticas, 1976-1998*, Lisboa, Caminho.

O texto começa com uma máxima. Uma parte dela constitui o título do texto; a outra parte, a abertura do próprio texto. Desencadeada que está, por esta técnica, a partilha dos saberes (supõe-se que as máximas, os provérbios, as expressões idiomáticas façam parte dos saberes compartilhados de uma determinada comunidade linguística), o cronista, no primeiro parágrafo, retoma os termos lexicais constitutivos da máxima, nas suas variadas formas (*mão, embalar, berço, governar, mundo*) e inscreve estes termos dentro de um determinado campo conceptual semântico: “*desde [...] Eva que as nossas mães andam a governar o mundo.*”

O segundo parágrafo retoma anaforicamente a expressão “A sentença...”, para introduzir o argumento de que nem sempre foi somente a mão da mãe que nos embalou e para, a partir daí, no terceiro parágrafo, ser-nos dito que tem sido “*outra a mão que nos embala e adormece agora.*” Aqui, e embora se continuem a empregar termos pertencentes aos campos lexicais usados nos primeiros parágrafos, há agora uma mudança de perspectiva que lhe é dada pela mudança de campo semântico: já não é a mão da mãe que nos embala e adormece, mas é o som de uma voz de embalar que nos adormece e não nos deixa sonhar.

Se o tema do texto pode ser “*a mão que nos embala*”, já a selecção da informação para desenvolver o tema prima pela sua originalidade. Parte-se de um saber supostamente compartilhado entre emissor e receptores para, a partir daí, se construírem novos dados em outro mundo possível. Empregam-se ao longo do texto termos pertencentes ao mesmo campo lexical, mas integrados em campos semânticos diversificados. Neste sentido, o texto progride na selecção entre algo conhecido – tema (a máxima com que se abre o texto) e algo de novo – rema (a opinião do cronista acerca da “mão” que nos priva da liberdade).

Pertencendo este texto à prototipia argumentativa e actualizando-se discursivamente no género discursivo “crónica” fácil é reconhecer e constatar que o texto manifesta à superfície essas marcas: há uma tese, que coincide com o tema, há argumentos justificativos da síntese final “*E nós obedientes, não sonhamos*”, há um conjunto de instruções (aspectos linguísticos, cognitivos e modais) dadas aos leitores para que eles possam construir uma interpretação numa dada direcção. Munidos destas instruções, os interpretantes devem levantar hipóteses para detectar os implícitos e os pressupostos e compreender de que forma o enunciador marca a sua presença através do que ele diz. Só detectados pelo leitor todos estes índices intencionais enunciativo-discursivos, é que o texto se torna coerente.

O respeito pelas regras de coerência (regra da relação e da não-contradição), a

adequação do léxico ao propósito, a intenção de produzir no leitor um determinado efeito constituem os mecanismos discursivos que permitem construir uma interpretação por parte do leitor-ouvinte. Neste sentido, a língua, ao mesmo tempo que veicula conteúdos, é mediadora na sua construção. A coerência apresenta-se, assim, como algo de dinâmico que o receptor constrói e que depende em boa medida dos seus saberes prévios.

### 1.3. Coesão

A *coesão* é a propriedade da textualidade que dá conta dos mecanismos linguísticos e gramaticais que se articulam, que se retomam e se relacionam entre si estrategicamente dentro do texto.

Sendo a coesão uma espécie de sintaxe textual, há que conectá-la com as propriedades da coerência (o sentido global que se transmite) e da adequação (condicionamento das peculiaridades linguísticas de acordo com o contexto). Convém, no entanto, recordar que cada protótipo textual tem as suas próprias exigências quanto aos modos de manutenção do referente, de explicitação da conexão, de actualização e relação das formas verbais dentro do texto. Sendo que cada uma destas características se actualizam e realizam de modo diferencial, de acordo com o tipo de texto (o protótipo narrativo diferencia-se do argumentativo pelos elementos linguísticos e gramaticais à superfície dos textos), o género discursivo (dentro do tipo argumentativo os géneros discursivos “artigo de opinião” e “publicidade” realizam-se de modo diferenciado), a forma do texto (oral ou escrito).

A coesão textual rege-se pelos seguintes mecanismos: a *deixis*; a *anáfora* (lexical e gramatical); a *elipse*; a *conexão*; a *modalização* (incluindo o relato de discurso); a *relação dos tempos verbais*.

#### 1.3.1. Deixis

A *deixis* é uma componente do modo oral que se encontra vinculada à situação de enunciação e das vozes do discurso.

As componentes fundamentais da enunciação do modo oral são: os interlocutores; o tempo da enunciação; o espaço da enunciação. Estas componentes, que são actualizadas no discurso por meio de *elementos gramaticais*, constituem a *deixis* da língua.

Desta forma, a *deixis* é um fenómeno linguístico que identifica as componentes da enunciação: quem emite a mensagem - *eu, nós, a gente*; quem recepciona a mensagem - *tu, vós, você, vocês, o senhor, Vossa Excelência*; em que espaço - o *aqui* da enunciação junto ao locutor, o *ai* junto do receptor, o *acolá* afastado do locutor e do receptor; em que tempo - o *agora* da enunciação, que se interpreta e se ancora em relação ao sujeito da enunciação.

Os elementos gramaticais que indicam no modo oral os interlocutores, o espaço e o tempo da enunciação chamam-se, pois, *deícticos*. São estes elementos que ancoram o discurso numa situação de comunicação.

Assim, e em virtude dos interlocutores em co-presença, o modo oral caracteriza-se por ter de: *assinalar* (explícita ou implicitamente) com marcas linguísticas e gramaticais o sujeito que enuncia (*eu, nós, a gente*) e o sujeito a quem se dirige a enunciação (*tu, vós, você, vocês, o senhor, a menina*); *situar* temporalmente e apontar espacialmente os objectos, as entidades presentes no contexto da fala; *determinar* o referente (aquilo de que se fala) no discurso.

*Deícticos*

Os *deícticos* são os elementos linguísticos que actualizam verbalmente o acto enunciativo (acto de fala directo ou acto de fala indirecto).

Considerando que a enunciação inclui fundamentalmente três grupos de elementos (interlocutores, tempo e espaço), os *deícticos* têm de ser de três tipos: os *deícticos pessoais* – todos os pronomes pessoais e pronomes de tratamento que se interpretam em relação às pessoas da enunciação (o locutor-enunciador – *eu, nós, a gente*; o receptor-enunciatário – *tu, vós, você, vocês*); os *deícticos temporais* – todas as formas verbais e adverbiais de tempo que se interpretam directamente em relação ao tempo da enunciação (tempos do discurso). São *tempos verbais deícticos* os chamados tempos do discurso: o presente (indica um *agora* discursivo de *simultaneidade*), o pretérito perfeito (indica *anterioridade* ao momento da fala), o futuro imperfeito do indicativo (indica *posterioridade* ao momento da fala); os *deícticos espaciais* – todas as formas adverbiais espaciais que se interpretam directamente em relação ao espaço de enunciação (a partir do *aqui* da enunciação).

*Deixis pessoal*1 – *pronomes*

- 1.ª pessoa: *eu/nós, me mim; nos*
- 2.ª pessoa ou com valor de 2.ª pessoa: *tu/vós; te, ti; o, a, os, os; vos*
- 2.ª pessoa ou com valor de 2.ª pessoa: *você, vocês; lhe, lhes*

2 – *morfemas verbais*

- 1.ª pessoa: (*eu/nós*) *amo; amamos*
- 2.ª pessoa: (*tu/vós*) *amas; amais*
- 2.ª pessoa: (*você/vocês*) *ama; amam*

*Deixis social (formas de tratamento)*

## Relação de proximidade / distância

- tratamento por “tu” (*Tu sabes que horas são?*)
- tratamento por “você” (*Vocês querem água ou sumo?*)
- tratamento na 3.ª pessoa (*A senhora / O senhor quer o leite morno ou quente?*)
- vocativos: *Beatriz, Hugo, mãe, cavalheiro*

*Deixis temporal*

Morfemas verbais do presente, do pretérito perfeito e do futuro imperfeito do indicativo (tempos do discurso) – valor de simultaneidade, de anterioridade, de posterioridade.

Advérbios e expressões que indicam tempo ancorado na situação de enunciação: *agora, hoje, ontem amanhã, naquele tempo, neste século*

*Deixis espacial*

## Pronomes e determinantes demonstrativos

- proximidade do emissor: *isto, este, estes, esta estas*
- proximidade do receptor: *isso, esse, esses, essa, essas*
- afastamento do emissor e do receptor: *aquilo, aquele, aqueles, aquela, aquelas*

Advérbios de lugar: *aqui, aí, ali, acolá*

## Verbos de movimento / localização

- em direcção ao espaço do emissor: *trago, venho*
- desde o espaço do emissor: *levo, vou*

*Deixis textual*

Demonstrativos: *isso, essa*

- O João foi ao cinema

- *Isso* não é verdade. Ele está em casa.

Estes elementos *gramaticais deícticos* permitem interpretar que pessoas falam em cada momento e permitem compreender as relações temporais e espaciais que se estabelecem entre factos e objectos do ponto de vista dos interlocutores.

Aprecie-se os elementos deícticos no modo oral seguinte:

## Lixo

Encontram-se na área de serviço. Cada um com seu pacote de lixo. É a primeira vez que se falam.

- Bom dia.

- Bom dia.

- *A senhora* é de 610.

- *E o senhor* do 612.

- É...

- Eu ainda não *o* conhecia pessoalmente...

- Pois é...

- *Desculpe a minha* indiscrição, mas *tenho* visto o *seu* lixo...

- o *meu* o quê?

- O *seu* lixo.

- Ah...

- *Reparei* que nunca é muito. *Sua* família deve ser pequena...

- Na verdade *sou* só eu.

- Mmmm. *Notei* também que *o senhor* usa muita comida em lata.

- É que *eu* tenho que fazer *minha própria* comida. E como não *sei* cozinhar...

- *Entendo*.

- *A senhora* também...

- *Me chame* de *você*.

- *Você* também *perdoe* a *minha* indiscrição, mas *tenho* visto alguns restos de comida em *seu* lixo.

Chapignons, coisas assim...

- É que *eu* gosto muito de cozinhar. Fazer pratos diferentes. Mas como *moro* sozinha, às vezes sobra...

- *A senhora*... *Você* não tem família?

- *Tenho*, mas não *aqui*.

- No Espírito Santo.

- Como é que *você* sabe?

- *Vejo* uns envelopes no *seu* lixo. Do Espírito Santo.

- É. Mamãe escreve todas as semanas.

- Ela é professora?

- *Isso* é incrível! Como foi que *você* adivinhou?

- Pela letra no envelope. *Achei* que era letra de professora.

- *O senhor* não *recebe* muitas cartas. A julgar pelo *seu* lixo.

- Pois é...

- No *outro dia* tinha um envelope de telegrama amassado.

- É.

- Más notícias?

- *Meu pai. Morreu.*
- *Sinto muito.*
- *Ele já estava bem velhinho. Lá no Sul. Há tempos que não nos víamos.*
- *Foi por isso que você recomeçou a fumar?*
- *Como é que você sabe?*
- *De um dia para o outro começaram a aparecer carteiras de cigarro amassadas no seu lixo.*
- *É verdade. Mas consegui parar outra vez.*
- *Eu, graças a Deus, nunca fumei.*
- *Eu sei. Mas tenho visto uns vidrinhos de comprimido no seu lixo.*
- *Tranquilizantes. Foi uma fase. Já passou.*
- *Você brigou com o seu namorado, certo?*
- *Isso você também descobriu no lixo?*
- *Primeiro o buquê de flores, com o cartãozinho. Jogado fora. Depois, muito lenço de papel.*
- *É, chorei bastante, mas já passou.*
- *Mas hoje ainda tem uns lencinhos...*
- *É que eu estou com um pouco de coriza.*
- *Ah.*
- *Vejo muita revista de palavras cruzadas no seu lixo.*
- *É. Sim. Bem. Eu fico muito em casa. Não saio muito. Sabe como é.*
- *Namorada?*
- *Não.*
- *Mas há uns dias tinha uma fotografia de mulher no seu lixo. Até bonitinha.*
- *Eu estava limpando umas gavetas. Coisa antiga.*
- *Você não rasgou a fotografia. Isso significa que, no fundo você quer que ela volte.*
- *Você já está analisando o meu lixo!*
- *Não posso negar que o seu lixo me interessou.*
- *Engraçado. Quando examinei o seu lixo, decidi que gostaria de conhecê-la. Acho que foi a poesia.*
- *Não! Você viu meus poemas?*
- *Vi e gostei muito.*
- *Mas são muito ruins!*
- *Se você achasse eles ruins mesmo, teria rasgado. Eles só estavam dobrados.*
- *Se eu soubesse que você ia ler...*
- *Só não fiquei com eles porque, afinal, estaria roubando. Se bem que, não sei: o lixo da pessoa ainda é propriedade dela?*
- *Acho que não. Lixo é domínio público.*
- *Você tem razão. Através do lixo, o particular se torna público. O que sobra da nossa vida privada se integra com a sobra dos outros. O lixo é comunitário. É a nossa parte mais social. Será isso.*
- *Bom, aí você já está indo fundo demais no lixo. Acho que.*
- *Ontem, no seu lixo...*
- *O quê?*
- *Me enganei, ou eram cascas de camarão?*
- *Acertou. Comprei uns camarões graúdos e descasquei.*
- *Eu adoro camarão.*
- *Descasquei, mas ainda não comi. Quem sabe a gente pode...*
- *Jantar juntos?*
- *É...*
- *Não quero dar trabalho.*
- *Trabalho nenhum.*
- *Nada. Num instante se limpa tudo e põe os restos fora.*
- *No seu lixo ou no meu.*

Nesta longa conversa (*protótipo conversacional*) são os *elementos gramaticais déicticos* que atravessam todo o texto (pronomes e determinantes pessoais e possessivos, fórmulas sociais de tratamento, advérbios e expressões temporais e espaciais, formas verbais do presente e do pretérito perfeito do indicativo das primeira, segunda e terceira pessoas (quando o tratamento é por *você, vocês*) que suportam a *coesão textual*.

Embora o título do texto aponte para *um universo de referência - o lixo* – e esse tema surja referenciado ao longo e no fim da conversa, outros referentes (a família, a comida, a profissão, os namorados...) vão surgindo e vão sendo informalmente integrados ao sabor da conversa e sempre de acordo com o *contexto situacional* (junto de uma área de serviço e cada um com o saco de lixo para deitar fora). A finalidade dos interlocutores é, no fim de contas, conhecerem-se melhor para poderem no futuro partilhar mais intimamente ideias, gostos e sentimentos.

### 1.3.2. Anáfora (lexical e gramatical)

A *anáfora* é um elemento gramatical ou lexical que se interpreta em relação a um elemento lexical aparecido anteriormente no discurso. (*A Rosa faltou hoje à aula, mas ela nunca falta!*).

A *catáfora*, por seu lado, designa um tipo particular de anáfora, em que o termo anafórico precede o antecedente. (*Ela nunca falta à aula, mas a Rosa hoje faltou*).

O elemento que antecede a anáfora e com o qual ela se referencia é chamado *antecedente referencial*.

Tome-se o seguinte exemplo:

“O menino quando viu o *seu* avô começou a correr pelas escadas. *A correria* foi tanta que o *pequenito* não viu o *último degrau* que tinha água e *ele* caiu.”

Neste enunciado há seis elementos claramente *anafóricos*. Uns são gramaticais; outros lexicais.

Gramaticais: o possessivo *seu* de “seu avô”, cuja interpretação leva directamente ao grupo nominal antecedente “o menino”; o pronome relativo *que*, cujo antecedente é o nome “degrau”; o pronome pessoal *ele* que substitui os antecedentes lexicais “o menino”, “o pequenito”.

Lexicais: o grupo nominal *o pequenito* que entra numa relação de sinonímia com o seu antecedente “O menino”; o grupo nominal *A correria* que se interpreta em relação ao antecedente verbal “correr”; o grupo nominal *o último degrau* que está associado ao nome antecedente “escadas”.

#### Anáfora gramatical

A *anáfora gramatical* realiza-se com elementos tipicamente gramaticais: *pronomes pessoais* de terceira pessoa (*ele, ela, lhe...*); *determinantes e pronomes possessivos* de terceira pessoa (*seu, sua, suas...*); *morfemas verbais* de terceira pessoa – *ele cantou, ela cantava, ele tinha cantado, ela cantaria*); *pronome relativo que*, que pela sua natureza sintáctica de referência a um antecedente é também anafórico.

Isto significa que: os *anáforicos* se vinculam à terceira pessoa gramatical; os *deícticos* se vinculam à primeira pessoa e segunda pessoa e aparecem em textos dialogados e em situação de conversa face a face.

#### Anáfora lexical

A *anáfora lexical* realiza uma função discursiva substitutiva, paralela à de um pronome e pode tomar várias formas. As relações entre palavras de um texto podem ser de dois tipos: de *referência* (anáfora co-referencial) e de *sentido* (anáfora não co-referencial).

#### Relações lexicais de co-referência anafórica

Fala-se de *relações lexicais de co-referência anafórica* quando as palavras ou sintagmas do texto remetem a um mesmo referente aparecido anteriormente no discurso. Esta remissão pode tomar várias formas: anáfora co-referencial e anáfora não co-referencial.

#### Anáfora co-referencial

A retoma co-referencial pode tomar várias formas: *repetição, sinonímia, hiperonímia, hiponímia, nominalização, nominalização resumativa.*

#### Anáfora por repetição

“Ele comprou um carro. *Este / O carro* dá 180 à hora.”

*Este / O carro* é uma *anáfora por repetição*. Neste enunciado repete-se tal e qual o referente antecedente, mas precedido agora pelo determinante demonstrativo “este” ou pelo determinante definido “o”, para indicar que há *identidade total* de referente e de sentido.

A *repetição* também pode fazer-se por retoma parcial, repetindo-se parcialmente o referente introduzido anteriormente:

“Ele comprou um belíssimo carro com uma mala enorme. *Este / O carro* dá 180 à hora”;

ou a *repetição* pode fazer-se por acrescento de informação nova:

“Ele comprou um carro. *Este belíssimo carro* dá 180 à hora.”

#### Anáfora por sinonímia

“Ele comprou um carro. *Este / O automóvel* dá 180 à hora.”

*Este / O automóvel* é uma *anáfora por sinonímia*. O nome “automóvel” está numa relação de referente e de sentido com o nome antecedente “carro”.

A retoma do antecedente também pode fazer-se por um *sinónimo de referência* que tem a ver com *os saberes compartilhados* (conjunto de saberes e conhecimentos partilhados) pelos interlocutores do discurso oral ou pelos escreventes-leitores do discurso escrito: *O Benfica... / A equipa da Luz... / A equipa da Águia... / O antigo campeão da Liga...*

Neste texto, o referente “Benfica” pode ser retomado pelas anáforas “A equipa da Luz”, “A equipa da águia”, “O antigo campeão da Liga”, etc. O que é necessário é que o interlocutor ou o leitor partilhem os mesmos saberes sobre o “Benfica”. Em casos concretos como este, a relação entre o antecedente e as anáforas faz-se por meio de *sinónimos referenciais discursivos* (estes sinónimos não são sinónimos de língua – não existem nos dicionários de língua – são sinónimos extralinguísticos, sinónimos do discurso).

## Anáfora por hiperonímia

“Ele comprou um carro. *Este / O veículo dá 180 à hora.*”

*Este / O veículo* é uma anáfora por hiperonímia. O nome “veículo” está numa relação de referente, de sentido e de inclusão com o nome “carro”. “Veículo” é um hiperónimo porque permite que se realize a seguinte operação de inclusão por meio do verbo “ser”: *O carro é um veículo.*

## Anáfora por hiponímia

“Ele apareceu ao volante de uma máquina. *O carro* foi-lhe oferecido pelo pai.

*O carro* é uma anáfora por hiponímia. O nome “carro” está numa relação de referente, de sentido e de inclusão com o nome “máquina”.

O hiperónimo, geralmente, vai depois do hipónimo. O hiperónimo só pode ir antes do hipónimo se o hiperónimo for acompanhado de uma especificação que lhe reduza a compreensão. Como é o caso de “volante” que especifica que esta “máquina” só pode ser um “carro”. *O carro é uma máquina.*

O mesmo se passa com o enunciado seguinte:

“*Um veículo agrícola* atravessou-se na estrada. *O tractor* era conduzido por um inexperiente.” Porque “veículo” vai especificado por “agrícola” é que *tractor* se pode identificar como hipónimo do hiperónimo “veículo”. *O tractor é um veículo.*

## Anáfora por nominalização

“Ele comprou um carro que se caracteriza por atingir 180 à hora. *Esta característica* entusiasmou-o.”

“Ele comprou um carro ágil e seguro. *Esta agilidade e esta segurança* entusiasmaram-no.”

“Esta característica”, no primeiro enunciado, e “esta agilidade e esta segurança”, no segundo enunciado, são anáforas por nominalização, porque consistem na transformação da forma verbal “caracteriza” e dos adjectivos “ágil e seguro” nos nomes “característica”, “agilidade”, “segurança”. Estes nomes abstractos estão numa relação de identidade, de referente e de sentido com a forma verbal “caracteriza” e com os adjectivos “ágil e seguro”.

## Anáfora por nominalização resumativa

“Ele disse que ia comprar um carro porque nunca chegava ao emprego a horas. *Este argumento* não me convence.”

“Este argumento” é uma expressão nominal, com um nome abstracto, que resume uma porção do discurso anterior. A anáfora resumativa “Este argumento” está numa relação de sentido com o que foi dito / apresentado anteriormente.

## Anáfora não-correferencial

A anáfora não co-referencial pode ter a forma de associação.

## Anáfora associativa (holonímia e meronímia)

“Ela comprou um carro. Depois verificou que *o volante* não estava alinhado.”

“O volante” é uma anáfora associativa. O nome “volante” está numa relação de sentido enciclopédico com o nome antecedente “carro”, com o qual não há uma equivalência referencial, mas só de sentido. “Carro” é o holónimo e “volante” é o merónimo. Trata-se de uma estrutura partonómica (relação parte / todo). “O volante” é uma parte do todo que é o

“carro”. A operação entre o holónimo e o merónimo realiza-se por meio do verbo “ter”: *O carro tem um volante*. O merónimo é sempre introduzido pelo determinante artigo definido. É a presença do artigo definido que dá a informação ao ouvinte / leitor de que se trata de uma relação da parte (merónimo) ao todo (holónimo).

Vejamos como se actualiza o sistema anafórico num texto, sem o qual o discurso não seria coeso:

Fazer o bem, fazer o mal

Um amigo atravessava um dia destes o Campo Grande quando *se lhe* chegou um drogado com exigências. *O meu amigo* enxotou-o como pôde, mas já no entretanto um outro assaltante, de conluio com o *primeiro drogado* *lhe* assestava uma seringa ao pescoço. *Aquí, ele* calou-se e esperou para ver.

*Aquí* de que mais *se* riu *posteriormente*, segundo [*ele*] diz, foi *da cara* dos *ladrões* ao [*eles*] perceberem que *ele* tinha exactamente dois euros no bolso. Não acreditando em cartões de crédito, *este meu amigo* não tem muito para oferecer a um assaltante. Há apenas uma fraqueza que *se lhe* pode imputar e já vamos ver *qual* é. Concluído *o saque*, *os ladrões* recolheram muito contrariados *as duas moedas* e um relógio falso, comprado na feira dos ciganos. E [*eles*] já se afastavam, ressentidos da indigência *do assaltado*, quando *lhe* tocou o telemóvel. [...] Era *este telemóvel* o ponto fraco *dele*. *O meu amigo* não só falava por *ele*, como falava com *ele*. Vi-o eu fazer-*lhe* festas, e tinha para com *o seu pequeno Ericsson* desvelos [...]. Seja como for, o facto é que *o telemóvel* tocou. Cruéis, *os drogados* voltaram à carga: «Ah, tens telemóvel? Passa para cá!». *No dia seguinte*, quando [*ele*] me ia contando *isto* por intermédio de um mero telefone fixo, eu tive uma dúvida e quis saber *a que horas se tinha dado o roubo*. Soube que deviam ser *umas sete da tarde*, era dar uma informação mas *o meu gesto* fora claramente desastroso. *O meu amigo*, assaz irritado, afiançou-me que se houvesse justiça no mundo, *o* que eu fizera havia de cair dentro de alguma das muitas espécies de responsabilidade. Os juristas hão-de saber com certeza *qual* e eu espero, de barão ao pescoço, a decisão final. [...]

Luísa Costa Gomes

Neste texto, as expressões sublinhadas indicam os referentes introduzidos pela primeira vez no texto e que depois vão ser retomados *anaforicamente* ao longo do texto. O texto progride por meio das anáforas lexicais (em termos de hiperónimos e merónimos). Além destas, também se destacam as anáforas gramaticais e as anáforas zero (elipses do pronome). Só os referentes que são retomados por meio de anáforas é que fazem progredir o texto na dinâmica desencadeada entre temas e remas. Trata-se de um texto narrativo. Se o texto actualizasse outro protótipo, ver-se-ia que as anáforas eram de outro tipo e a sua distribuição no texto seria outro.

### 1.3.3. Elipse, conexão, modalização, relação dos tempos verbais

Todos estes elementos, separados ou em conjunto, possibilitam também a coesão textual.

#### Elipse

A *elipse* é um procedimento coesivo, que se realiza por meio daquilo que se chama *anáfora zero*. A elipse alterna com a *anáfora pronominal* como meio de economia discursiva. A interpretação da elipse realiza-se por remissão a um elemento presente no contexto linguístico e, por isso, trata-se de um procedimento anafórico.

“A Joana comprou o vestido azul e  $\emptyset$  deu o  $\emptyset$  amarelo.”

“A Joana comprou o vestido azul e *ela* deu o *vestido* amarelo.”

Neste enunciado há duas *posições vazias* interpretáveis: *ela* e *vestido*. A primeira posição é interpretada pelo morfema verbal “deu”; a segunda é interpretada pelo nome anterior da coordenação “vestido”. Segundo a natureza do constituinte elidido, pode-se falar de dois tipos básicos de elisão, recuperáveis contextualmente. A *elisão nominal* e a *elisão verbal*.

A *elisão nominal* dá conta da elipse: do pronome sujeito – “Eu irei ao Chipre e  $\emptyset$  irei à China”; da elipse do núcleo do grupo nominal – “Eu comprei dois fatos: um  $\emptyset$  vermelho e outro  $\emptyset$  amarelo.” A *elisão verbal*, em estruturas coordenadas e comparativas, afecta: o verbo – “Eu irei ao Chipre e tu  $\emptyset$  à China” = “Eu irei ao Chipre e tu *irás* à China.”; o verbo e alguns dos seus complementos – “Eu irei ao Chipre e tu também  $\emptyset$ ” = “Eu irei ao Chipre e tu também *irás* ao Chipre”; “Eu amo-o como ele  $\emptyset$  a mim” = “Eu amo-o como ele me ama a mim”. A elipse, ao retomar o referente sem repetir o seu nome, contribui para evitar a monotonia e dar dinamismo ao texto.

#### Conexão

A *conexão* também está ao serviço da coesão. A conexão diz respeito ao conjunto das palavras gramaticais que actuam especificamente na junção de segmentos linguísticos. Estas palavras gramaticais podem tomar a forma de *conectores* quando actuam ao nível da frase: “O João e a Maria”; “Ele fala *com* delicadeza”; “Não veio *porque* chovia”. Ou podem tomar a forma de *articuladores discursivos* quando actuam a nível do discurso:

“Ele levantou-se tarde. *Na verdade*, ele é muito dorminhoco.”

#### Tipos de conectores

Incluem-se nos conectores e nos articuladores discursivos as seguintes categorias: *preposições*, *locuções prepositivas*, *conjunções*, *locuções conjuntivas*, alguns *advérbios de modo* (*assim*, *especificamente*, *contrariamente*, etc.)

#### Modalização

A *modalização* do discurso diz respeito à forma como o locutor ou o escrevente selecciona, textualiza e converte as diferentes formas de *expressões linguísticas anafóricas*. Este tipo de retomadas anafóricas espelha as atitudes do enunciador, por meio de valorações subjectivas (positivas, negativas, pejorativas).

“O jogador estava mesmo com a bola junto à baliza. *O impecilho* nem passava o esférico ao colega de equipa nem rematava para o fundo das *redes*. Era altura de o treinador mandar a *lesma* para o balneário.”

Neste exemplo, mostra-se de forma aberta e clara a opinião expressa pelo “eu enunciador” responsável pelo dito no texto. O “jogador” é identificado por termos que, neste discurso, têm valor de hiperónimos pejorativos como “O impecilho” e “a lesma” que reiteram denominações carregadas de subjectividade, embora negativa.

Este procedimento tem um grande efeito argumentativo, dado pretender reforçar a identidade do leitor-ouvinte com a opinião do enunciador, isto é, criar empatia. Com o recurso a tal mecanismo lexical de *referência*, reforça-se a posição opinativa do “eu” e incita-se o enunciatário a pôr-se do seu lado.

## Relato de discurso

O *relato de discursos* (inscrição do discurso do “outro” ou dos “outros” no discurso do “eu”) pode estar ao serviço da *modalização do discurso*, mas está, sobretudo, ao serviço da coesão. O mecanismo polifónico permite sobrepor a própria fala do sujeito da enunciação às falas de outros enunciadores e assim consolidar e aumentar as marcas de subjectividade.

“O jogador diz que jogaram bem. O treinador repete nós fomos os melhores. No meio disto tudo os *entendidos* são eles e os *adeptos* não percebem nada.”

Com a *anáfora hiperonímica* “os entendidos” adopta-se, por via indirecta da ironia, o ponto de vista do “jogador” e do “treinador”. Mas só por via indirecta, porque, de forma implícita, o sujeito da enunciação do texto sobrepõe a sua própria voz de autoridade à voz dos outros, com a expressão “os adeptos não percebem nada”.

## Tempos verbais anafóricos

Os *tempos verbais* são elementos fundamentais ao mesmo tempo para o estabelecimento da *temporalidade discursiva* e da *coesão textual*. Alguns tempos do indicativo definem-se directamente em relação à enunciação e são, por isso, *deícticos*, enquanto outros se definem indirectamente através de uma remissão a um tempo aparecido anteriormente no texto e são anafóricos. Os *tempos deícticos* são o presente, o pretérito perfeito e o futuro imperfeito do indicativo. Os *tempos verbais anafóricos* têm uma definição mais complexa que a dos tempos deícticos:

o *imperfeito do indicativo* indica simultaneidade no passado (é um presente do passado, *então*); o *mais-que-perfeito* indica anterioridade (é um passado de passado, *antes de então*); o *condicional* indica posterioridade a respeito de um momento do passado (é um futuro de passado, *depois de então*).

Só os *tempos do modo indicativo* (modo da cronologia) é que participam directamente na distinção deíctico-anafórico. Associadas aos tempos verbais estão as *expressões temporais*.

A expressão da temporalidade pode ser dada através da relação dos *tempos verbais*. Este mecanismo de coesão permite situar os factos narrados a respeito do momento da enunciação (neste caso sempre anteriores ao momento da fala) e entre si (simultâneos, anteriores ou posteriores a um tempo anterior à enunciação). No primeiro caso, temos tempos deícticos (pretérito perfeito) e no segundo, tempos anafóricos (imperfeito e mais-que-perfeito). A expressão da temporalidade também pode ser dada por meio de *expressões temporais* com significado *referencial autónomo* (*no século XX*; *às 7 horas da manhã*) ou *não autónomo* (*no dia seguinte*; *o ano passado*).

## Expressões temporais

A temporalidade das *expressões não autónomas* é quase sempre de *natureza relacional*. Por isso precisam de ir buscar ao texto um elemento temporal que lhe dê sentido.

“O João partiu de viagem no domingo e *no dia seguinte* telefonou-me logo.”

A expressão temporal *No dia seguinte* relaciona-se com o antecedente “no domingo”. Relacionado com as expressões temporais *não autónomas* está o *relato de discurso* que designa os diferentes modos de integração de um discurso exterior (discurso do “outro”) num primeiro discurso de base (discurso do “eu”). O relato de discurso pode revestir as seguintes formas: *discurso directo*, *discurso directo livre*, *discurso indirecto*, *discurso indirecto livre*, *discurso evocado*.

## Discurso directo

O *discurso directo* preserva a sua independência e é transcrito tal e qual como foi proferido. Esta independência é dada por meio de sinais tipográficos como os *dois pontos*, os *travessões*, um *verbo relator de discurso* que pode ocupar diferentes posições (ou no início: *Ele disse*: - O Pedro chegou tarde; no meio: O Pedro, *disse ele*, chegou tarde; ou no fim: O Pedro chegou tarde, *disse ele*).

Também as *aspas* têm a função de delimitar o discurso tal e qual como foi dito. Esta é uma forma mais sintética e económica de citação em *discurso directo*. O enunciador que relata em *discurso directo* o discurso do “outro” não se apresenta como o responsável pelo que o outro disse. Os dois discursos (o do “eu” e o do “outro”) entrecruzam-se, mas não se fundem.

A escolha em transcrever o discurso tal e qual como foi proferido obedece às seguintes estratégias. Dar autenticidade, mostrando que se relatam as próprias falas; estabelecer um distanciamento para mostrar que o emissor citante não adere aos propósitos do que está a citar; marcar uma *autoridade* porque se considera a fala do outro prestigiante; indicar *objectividade* mostrando seriedade da parte do emissor citante.

## Discurso directo livre

O *discurso directo livre* comporta-se como o discurso directo, relatando-se as falas dos outros, consoante foram proferidas. Só que neste caso não se empregam os símbolos tipográficos como as *aspas*, os *dois pontos* e, por vezes, os verbos relatores. Este tipo de relato de discurso é muito frequente na escrita de imprensa e no romance contemporâneo.

“[...] Aquilo chocou-me de tal maneira que *disse não sirvo para isto* [...] virámo-nos para a pessoa que existia por trás do assunto e *dissemos olha minha filha, vai mas é bater a outra porta que aqui em Portugal ninguém te pode ajudar* [...]”

(Da imprensa)

## Discurso indirecto

O *discurso indirecto* transcreve o discurso do “outro”, mas subordinando-se ao *verbo relator* e à *concordância dos tempos verbais*. No discurso indirecto não são as palavras conforme foram enunciadas que são relatadas, mas o conteúdo de pensamento. Em “Contaram-nos que eles já namoram há meses” é o sentido do verbo “contar” e a conjunção integrante “que” que dão a informação de que há relato de discurso na forma de discurso indirecto. Note-se a diferença entre Pedro *disse que* chovia (verbo que introduz relato de discurso) e Pedro *pensou que* chovia (verbo de pensamento e que não introduz relato de discurso). A escolha do *verbo relator* (introdutor da fala do “outro”) condiciona a interpretação do discurso indirecto. Não é indiferente dizer: Ele *disse que* estudou pouco; Ele *reconheceu que* estudou pouco; Ele *gabou-se que* estudou pouco; Ele *negou que* estudou pouco.

Os *deícticos pessoais* e os *deícticos espaço-temporais* do discurso indirecto são referenciados em relação à situação de enunciação da fala havida entre os interlocutores. O *discurso indirecto* pode não ser uma reprodução fiel do *discurso directo* (tal qual como foi enunciado). Assim, o discurso indirecto pode ser um resumo do que foi dito ou pode ser ampliado com apreciações do relator do discurso do “outro”. Em “O Paulo disse-me que *o palerma e o imbecil* do Jorge já tinha chegado”, em princípio a responsabilidade da apreciação “o palerma e o imbecil” é atribuída ao relator, não a Paulo, embora este último também a possa partilhar.

### Discurso indirecto livre

O *discurso indirecto livre* tem as mesmas características do discurso indirecto, só que, no caso do discurso indirecto livre se prescinde, por vezes, dos verbos relatores e, sempre, da correspondente conjunção integrante “disse” ou “disse que”. Todas as outras transformações se mantêm: o imperfeito toma o lugar do presente; o condicional o do futuro; o mais-que-perfeito o do perfeito. Paralelamente se transpõem também os pronomes e os advérbios de tempo e de lugar. O *discurso indirecto livre*, muito frequente na língua oral e na língua escrita literária, particularmente no romance a partir do século XIX, possibilita uma simbiose estreita entre a voz do enunciador que cita e a voz do enunciador citante.

No fragmento “Ele lembrou a gula já era vício”, não se pode dizer com exactidão o que cabe de responsabilidade pelo dito a um e a outro. Por isso, o discurso indirecto livre só é perfeitamente interpretável em contexto.

### Discurso evocado

No *discurso evocado* o enunciador recorre a meios simples e discretos para indicar que não é responsável pelo enunciado que ele cita. Para isso, apoia-se em expressões como *segundo*, *segundo parece*, *diz-se*: *Segundo o ministro*, Portugal prepara uma resposta; *Portugal, depois de uma investigação aturada*, prepara uma resposta; *Portugal, segundo parece*, prepara uma resposta; *Portugal, diz-se*, prepara uma resposta.

### Verbos introdutores de relato de discurso

A inserção das falas no texto realiza-se, a maior parte das vezes, através do recurso a verbos introdutores de relato de discurso. São verbos de comunicação que estão ligados a actos de fala como: *afirmar*, *asseverar*, *comunicar*, *dizer*, *proferir*: “Ele afirmou: - venho cedo” (DD); *balbuciar*, *berrar*, *tagarelar*: “Ela tagarelou constantemente que não queria comer” (DI); *desabafar*, *lastimar*: “Ela *desabafou* em lágrimas eu não te amo mais” (DDL); *atalhar*, *refutar*: “Ele *refutou* não sabia de nada” (DIL).

O emprego de todos estes mecanismos como a *anáfora gramatical* e *anáfora lexical*, *elipse*, *conexão*, *modalização*, *tempos verbais anafóricos* e *relato de discurso* são fundamentais para que o texto, seja escrito, seja oral, resulte *coesos*.

Estas marcas distribuem-se diferentemente em lugares estratégicos no texto, conforme o *protótipo textual* e o *género discursivo*.

## 2. Conclusão

De forma geral, foram traçadas algumas propostas didácticas que poderão ilustrar um trabalho escolar orientado para a melhoria da competência comunicativa do aluno, numa linha em que a reflexão metalinguística e a observação dos mecanismos linguísticos deverão ir para além da frase e da palavra. Reflectir explicitamente sobre os mecanismos discursivos que regem a construção dos textos internamente coesos, coerentes e adequados ao contexto é mobilizar saberes e ao mesmo tempo é postular as regras que governam o texto. Ao privilegiar actividades funcionais, significativas e relacionadas com situações ligadas à vida real, é perspectivar um ensino dinâmico e eficaz da língua, motivando os alunos para a descoberta dos mecanismos discursivos do texto e dos eixos que o articulam.

O discurso, embora complexo e heterogéneo, está regulado, para além do plano gramatical, por uma série de normas, regras, princípios e máximas de carácter textual e

sociocultural que orientam os falantes para a tarefa de construir discursos *coerentes*, *coesos* e *adequados* a cada ocasião de comunicação. Porque se “Las lenguas viven en el discurso y a través de él.” también “El discurso – los discursos – nos convierten en seres sociales y nos caracterizam como tales” (Calsamiglia & Tusón, 2004: 17).

## BIBLIOGRAFIA

- CALSAMIGLIA, BLANCAFORT, H., TUSÓN VALLS, A., 2004, *Las cosas del decir – Manual de análisis del discurso*, Barcelona, Ariel.
- CAMPS, A. (Coord.), 2001, *El aula como espacio de investigación y reflexión*, Barcelona, Graó.
- EXLEY-GIFTBOOK, H., 2005, *Telemóveis são uma loucura*, Lisboa, Editoria Estampa.
- FIGUEIREDO, O. M., 2003, *A Anáfora nominal em textos de alunos – A língua nos discursos*, Lisboa, FCG e FCT.
- PERRENOUD, PH., 1999, *Dix nouvelles compétences pour enseigner – Invitation au voyage*, Paris, ESF.
- WIDDWSON, H. G., 1998, «Aspectos de la enseñanza de la lengua», in CANTERO, F.; MENDOZA, A.; ROMEA, C. (Coord.): *Didáctica de la lengua y la literatura en una sociedad plurilingüe del siglo XXI*, Barcelona, Universitat de Barcelona, pp. 1-22.
- WOODS, D., 1996, *Teacher cognition in language teaching: beliefs, decision-making and classroom practice*, Cambridge, CUP.
- Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*, Ministério da Educação (Portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro).